

# **As principais variáveis que afetam os salários dos imigrantes internacionais “recentes”, residentes no Brasil.**

Eleine Vilela.

Cita:

Eleine Vilela (2007). *As principais variáveis que afetam os salários dos imigrantes internacionais “recentes”, residentes no Brasil*. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-066/673>

## **As principais variáveis que afetam os salários dos imigrantes internacionais “recentes”, residentes no Brasil.**

**Elaine Meire Vilela\***

Este estudo objetiva analisar variáveis referentes aos capitais humano, cultural e social na explicação dos salários dos imigrantes internacionais “recentes”, residentes no Brasil. A questão a ser respondida é: quais são as variáveis “de maior importância” para a explicação dos salários daqueles imigrantes internacionais? Denomina-se, aqui, imigrantes internacionais “recentes” aqueles pertencentes às correntes imigratórias internacionais que, em sua maioria, entraram no Brasil após a década de 60. Esta pesquisa utiliza-se dos dados da subamostra do censo brasileiro de 2000, selecionando os imigrantes que representam 1% ou mais do total de imigrantes residentes no país, os quais são os: argentinos, bolivianos, chilenos, paraguaios, peruanos, uruguaios, chineses e coreanos. Seleciona-se apenas os homens, de 25 a 60 anos de idade, que estão ou não inseridos no mercado de trabalho. Para a produção das análises, utiliza-se de dois modelos de regressão: a) em um primeiro momento, usa-se a regressão linear OLS, apenas para os imigrantes que se encontram inseridos no mercado de trabalho; e b) em um segundo momento, para uma análise mais detalhada, usa-se o modelo Heckman, para todos os imigrantes, inseridos ou não no mercado de trabalho, com o intuito de evitar o viés de seleção que pode ocorrer.

### **1- Introdução**

Esta pesquisa fundamenta-se em uma análise comparativa entre imigrantes internacionais, residentes no Brasil, sobre as variáveis que afetam seus rendimentos. Isto é, objetiva-se identificar quais e o quanto variáveis, ligadas aos capitais humano, social e cultural, além das variáveis demográficas, explicam o salário horário (salário total/horas trabalhadas no mês) daqueles imigrantes.

Este trabalho é importante por tentar sanar uma falha na literatura sobre distribuição de renda no mercado de trabalho brasileiro, ou melhor dizendo, sobre estudos de estratificação social e de mobilidade social no Brasil. Digo falha na literatura por esta ser extensa (cf. Silva, 1980 e 1981; Hasenbalg e Silva, 1991; Scalón, 1999; Santos, 1998 e 2001; Soares, 2000; Neves, 2005; Fernandes, 2004; Helal, 2005; Azzoni e Servo, 2002; entre outros), mas focar em gênero, raça, região e apresentar raros estudos sobre as

---

\* Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do Centro Universitário de Sete Lagoas - UNIFEMM

desigualdades sociais focando imigrantes internacionais no mercado de trabalho brasileiro (Sala 2005).

Estudos internacionais e nacionais sobre estratificação social e mobilidade social, nas áreas de sociologia e economia, apresentam, fundamentalmente, três teorias para explicarem questões referentes às desigualdades quanto à entrada no mercado de trabalho, à posição na hierarquia ocupacional e, por fim, aos rendimentos mensais (salários) dos trabalhadores. Em resumo, pode-se dizer que a teoria do capital humano argumenta que as variáveis que explicam estas desigualdades encontram-se, principalmente, no nível educacional e nos anos de experiência no mercado de trabalho dos indivíduos e, também, no fato de estes serem imigrantes ou não (Mincer, 1958; Becker, 1964; Schultz, 1973). Já a teoria do capital cultural estabelece que variáveis ligadas à origem social e de significado social são mais relevantes para explicar tais questões do que o investimento em capital humano, uma vez que este (referente, principalmente, a educação) está correlacionado com o capital cultural familiar (Bourdieu e Passeron, 1975; Bourdieu, 1998b). Outra teoria é a do capital social. Esta, também, dá menor importância às variáveis referentes ao capital humano, em suas análises, e valorizam o investimento em redes sociais (individuais e/ou coletivas) como fator explicativo sobre as questões referentes à estratificação e mobilidade social (Coleman, 1988; Bourdieu, 1998a ; Lin, 2006; Granovetter, 1973 ; Portes e Bach, 1985).

A proposta deste estudo é investigar quais as variáveis que afetam, positivamente ou negativamente, os rendimentos dos imigrantes internacionais no Brasil, fundamentando nestas teorias. Para tanto, utiliza-se os dados do censo demográfico brasileiro de 2000 e as técnicas estatísticas de regressão MQO (Mínimos Quadrados Ordinários) e Heckman (1979). Desta forma, este estudo está estruturado da seguinte forma: além desta introdução, a seção dois apresenta uma reflexão sobre o referencial teórico que dará sustentação aos modelos econométricos de análise. A seção três detalha os dados e as equações salariais estimadas, isto é, a metodologia empregada neste estudo. Na seção quatro, os resultados dos modelos econométricos são apresentados e analisados, buscando responder a questão exposta acima. Por fim, apresenta-se algumas reflexões finais.

## 2 - Considerações teóricas

Estratificação social é um fenômeno complexo, o que fez com que gerasse muitos e incessantes debates sobre o assunto, ao longo de várias décadas, permanecendo-os até hoje. A partir desses debates, diversas hipóteses e, em seguida, teorias surgiram, com o intuito de explicarem o fenômeno. Por isto, nesta parte do trabalho, busca-se destacar as teorias, e seus principais pensadores, que mais contribuíram para a compreensão das desigualdades econômicas e sociais na sociedade moderna<sup>1</sup>, ou seja, o sistema de estratificação social. O objetivo é de expor as idéias destas teorias de forma sucinta, com o intuito de fundamentar o estudo empírico que virá a seguir.

Algumas teorias sobre estratificação social, em específico a teoria do capital humano na economia e a teoria da modernização na sociologia, assumem que, na sociedade moderna, capital humano, em especial investimentos em educação, experiência e migração, é o principal mecanismo para promover a igualdade social, reduzir as desigualdades de renda e aumentar a mobilidade social (seus principais pensadores são Becker, 1964; Schultz, 1973; Parsons, 1940, 1974; Davis e Moore, 1945; Young, 1958; Blau e Duncan, 1994) .

Alguns teóricos (Parsons, 1940, 1974; Davis e Moore, 1945; Young, 1958) afirmam que a sociedade moderna é meritocrática, ou seja, as pessoas alcançam as posições de prestígio e bons salários por méritos individuais, através de credenciais educacionais, e não mais através do *status* educacional e ocupacional dos pais e da renda deles e nem através de outras variáveis de significado social - tais como raça e gênero.

Na sociedade moderna, fazedores de políticas e estudiosos questionavam-se sobre em que dever-se-iam investir para alcançar um aumento marginal observado na produção, já que a idéia de uma rica provisão de recursos naturais, um território grande, não eram fatores necessários para o desenvolvimento de uma economia moderna (como pode ser verificado no caso do Japão, cf. Schultz, 1973). A resposta dada pelos economistas, a partir da década de 60, foi o investimento em capital humano.

Muito daquilo a que damos o nome de consumo constitui em capital humano. Os gastos diretos com a educação, com a saúde e com a migração interna para a consecução de vantagens oferecidas por melhores empregos são exemplos claros. (...) sustentarei que um investimento desta espécie é o

---

<sup>1</sup> Denominada, muitas vezes, como pós-industrial, pós-capitalista, sociedade da informação, sociedade do conhecimento, sociedade de redes (cf. Giddens 1975, Bell 1973, Dahrendorf 1982 e Castells 1975 e 1999).

responsável pela maior parte do impressionante crescimento dos rendimentos reais por trabalhador (Schultz, 1973: 32-33)

Verificou-se que o investimento no capital humano não é benéfico apenas para a sociedade, como um todo, mas, em específico, para o próprio ser humano. Isto é, a teoria do capital humano afirma que, quanto maior o estoque de capital humano do indivíduo (investimento em educação, experiência no mercado de trabalho, saúde e migração), maior é a produtividade do trabalhador e mais elevado será seu valor econômico no mercado de trabalho (Becker, 1964; Schultz, 1973; Golgher, Rosa e Araújo Júnior, 2005).

Porém, a partir da década de 70, análises de evidências empíricas, fundamentadas nas teorias do conflito, do capital cultural e social, começaram a diluir o otimismo liberal que estava implícito na hipótese de uma sociedade meritocrática apresentada pelas teorias da modernização e capital humano. Vários estudiosos (Boudon, 1977; Halsey, 1977; Collins, 1977; Bourdieu e Passeron, 1975; Bourdieu, 1998a e 1998b; Portes e Bach, 1985; Portes e Rumbaut, 1990; Granovetter, 1973 e 1985; Grusky, 1994; Coleman, 1988; Silva, 1980 e 1981; Fernandes, 2004 e Helal, 2005) criticaram tal hipótese. Verificou-se que todas as sociedades têm sido caracterizadas por desigualdades de algum tipo, isto é com um grupo privilegiado desfrutando de um partilhar desproporcional de riqueza, poder ou prestígio. Portanto, a tarefa que se coloca é de descrever e explicar a persistência destas desigualdades (Grusky, 1994)

Collins (1977) e Boudon (1977) argumentam que, para explicar estratificação social, a teoria do capital humano não leva em consideração os interesses grupais em jogo, isto é, os conflitos de grupos de *status*, poder, prestígio e riqueza, ou seja, as questões de poder e dominação.

Grusky (1994) também argumenta que aquelas teorias, de capital humano e da modernização, negligenciam o elemento “poder” no sistema de estratificação, ou seja, não consideram que pessoas em posições importantes têm o poder de influenciar a distribuição de recursos e podem preservar ou estender os próprios privilégios.

Além disto, Bourdieu e Passeron (1975) e Collins (1977) criticam aquelas teorias dizendo que estas desconsideram que as escolas sejam instituições que perpetuam e até mesmo promovem a desigualdade existente na sociedade capitalista, uma vez que a classe dominante as utilizam para convencer as classes sociais mais baixas de sua inferioridade e da necessidade de aceitação da sua posição social.

Bourdieu e Passeron (1975), fundadores da teoria do capital cultural, e Lin (2006), Portes e Bach (1985), Granovetter (1973); Coleman (1988) e Bourdieu (1998a) pensadores da teoria do capital social, afirmam que a teoria da modernização e a teoria do capital humano não dão a devida atenção às variáveis relacionadas ao capital cultural ou capital social – tais como a origem social, a educação e a ocupação dos pais, a raça ou cor, a religião, a etnia e as redes sociais – que são fatores importantes na obtenção de riqueza, prestígio e poder na sociedade moderna.

Segundo Bourdieu (1998b), o capital cultural é constituído dos conhecimentos, códigos, competências e símbolos transmitidos pelos pais para os filhos, de forma mais indireta do que direta. Este capital é profundamente interiorizado pelos filhos e ele contribui para o alcance educacional e ocupacional dos mesmos.

A noção de capital cultural impôs-se, primeiramente, como uma hipótese indispensável para dar conta das diferentes classes sociais, relacionando o sucesso escolar, ou seja, os benefícios específicos que as crianças de diferentes classes e frações de classe podem obter no mercado escolar, à distribuição do capital cultural entre as classes e frações de classe. Este ponto de partida implica em uma ruptura com os pressupostos, tanto à visão comum que considera o sucesso ou fracasso escolar como efeito das aptidões naturais, quanto às teorias do “capital humano” (Bourdieu, 1998b:73)

Bourdieu (1998b) ressalta que o sucesso escolar e, por consequência, o rendimento econômico e social alcançado via certificado escolar depende do capital cultural investido, previamente, pela família. O diploma (capital cultural institucionalizado) é convertido em determinado valor em dinheiro no mercado de trabalho. Assim, “o investimento escolar só tem sentido se um mínimo de reversibilidade da conversão que ele implica for objetivamente garantida” no mercado de trabalho (Bourdieu, 1998b:79)

Os pensadores da teoria do capital social (Portes e Bach, 1985; Granovetter, 1973 e Coleman 1988; Bourdieu, 1998a) afirmam que o capital social também é extremamente importante para explicar as localizações na hierarquia ocupacional e de classes nas sociedades. De acordo com eles, os indivíduos utilizam-se das redes sociais de amigos e parentes (redes fortes) ou de conhecidos (redes fracas) como instrumento para alcançar um emprego, ou melhorar a posição ocupacional e os rendimentos.

Nan Lin (2006) define capital social como um conjunto de recursos fundamentados nas redes sociais que são acessíveis e utilizados pelos indivíduos em suas ações cotidianas. Segundo Lin (2006), o sucesso das ações dos indivíduos (que são racionais) depende da

extensão da rede em que o indivíduo está inserido e da posição, na estrutura social, dos indivíduos aos quais ele está ligado. Complementar a esta idéia, Bourdieu (1998b) argumenta que indivíduos obtêm rendimentos desiguais de um capital (econômico ou cultural) equivalentes ao grau de mobilização do capital de um grupo (família, antigos amigos de escola, clube seletivo, nobreza, etc.) mais ou menos constituído como tal e mais ou menos provido de capital.

Além desses autores, alguns pensadores brasileiros (Silva 1980 e 1981; Hasenbalg e Silva, 1999; Silva e Hasenbalg, 2000; Fernandes, 2004; Helal, 2005) fundamentados, também, nas teorias do capital cultural e capital social deram importantes contribuições para desafiar a idéia de uma sociedade meritocrática, visualizada pela teoria do capital humano. Hasenbalg e Silva (1999) identificaram que: 1) os brancos têm uma vantagem significativa sobre pretos e pardos, em termos de mobilidade ocupacional ascendente; 2) os pardos e os pretos apresentaram uma proporção maior de imobilidade; 3) os brancos estão também em vantagem em termos de educação e renda, quando comparados com pretos e pardos; 4) para todos os estratos de origem do grupo ocupacional do pai, a distribuição educacional para os não-brancos estão consideravelmente mais concentradas nas faixas de escolaridade inferiores; 5) as pessoas não-brancas encontram maiores dificuldades na conversão da educação formal em posições ocupacionais. Este estudo de Hasenbalg e Silva (1999) mostra-nos como raça/cor é uma variável determinante de estratificação social e mobilidade social, mais do que educação, uma variável de capital humano.

O estudo feito por Fernandes (2004) também reforça a idéia de que raça é um determinante forte para explicar desigualdade educacional em todos os níveis do processo educacional. Além de raça, o estudo de Fernandes (2004) verificou que antecedentes familiares são importantes para explicar alcance educacional, principalmente nos níveis iniciais do processo educacional (conclusão similar aos estudos de Bourdieu e Passeron, 1975).

Em outra pesquisa feita no Brasil, Helal (2005) verificou que os efeitos de escolaridade e de idade sobre empregabilidade reduziram a partir da década de 80. Além disto, o autor identificou que capital cultural tem um efeito de ordem indireta, via educação, sobre a probabilidade de indivíduos ocuparem cargos gerenciais e de estarem formalmente ocupados no Brasil (cf., também, Bourdieu e Passeron, 1975). Este

resultado demonstra uma maior perda de poder explicativo do efeito de educação sobre empregabilidade. Outro resultado interessante desta pesquisa é que capital social está associado positivamente com as variáveis dependentes dele (emprego formal e ocupação gerencial).

Em suma, podemos dizer que pesquisas internacionais e nacionais demonstram que os anos de escolaridade e de experiência no mercado de trabalho, ou seja, capital humano, são determinantes para explicarem sucesso econômico e social na sociedade moderna. Além disto, elas mostram-nos, também, que variáveis de capital cultural, isto é, de origem social e de significado social, e variáveis de capital social determinam não apenas alcance educacional, mas também alcance ocupacional e riqueza, prestígio, mesmo depois da educação completa.

Fundamentado neste debate, este projeto busca avaliar os efeitos das variáveis de capital humano – educação, experiência; as de capitais humano e cultural – o fato do imigrante ter estudo no Brasil, a experiência de trabalho no Brasil; aquelas de significado social – raça/cor, estado civil, posição no domicílio; mais as que inferimos como estando relacionadas com os capitais cultural e social – o tempo de residência no país, religião e naturalização; e, por fim, as variáveis que denominamos de controle – região e inserção no mercado de trabalho formal, sobre o rendimento dos imigrantes internacionais. A questão colocada aqui é: estas variáveis são importantes para explicar os rendimentos dos imigrantes internacionais “recentes”, residentes no Brasil?

### **3- Dados e modelos de análise**

A proposta deste projeto é trabalhar com apenas alguns grupos de imigrantes, com algumas características semelhantes, tais como: a) majoritariamente, fixaram residência no Brasil após a década de 70, que marca o início de um novo período migratório no Brasil (por isto são denominados aqui de imigrantes “recentes”); b) originários de países em desenvolvimento, o que sugere uma menor heterogeneidade entre os fluxos de imigrantes; e c) que representam 1% ou mais do total dos imigrantes internacionais

residentes no país. A partir destes critérios os imigrantes internacionais selecionados são: argentinos, bolivianos, chilenos, paraguaios, peruanos, uruguaios, chineses<sup>2</sup> e coreanos<sup>3</sup>.

Outras delimitações propostas neste projeto de trabalho referem-se à idade e ao gênero dos membros dos grupos em foco. Devido ao nosso interesse em aspecto referente ao mercado de trabalho (rendimento), propõe-se estudar apenas os homens<sup>4</sup> entre 25 a 60 anos. A idade mínima de 25 está relacionada à idéia de que pessoas com esta idade já concluíram os estudos e, provavelmente, encontram-se inseridos no mercado de trabalho<sup>5</sup>, e a idade máxima de 60 é devido ao fato de ser esta a idade de aposentadoria dos homens em 2000, data do censo demográfico brasileiro. A partir disto, selecionou-se uma subamostra da amostra (do questionário amplo) do censo demográfico brasileiro de 2000, com um total de 46.123 imigrantes (com peso).

Para identificar o efeito das variáveis propostas sobre os rendimentos salariais dos sujeitos de estudo, alguns modelos foram estimados. Para uma equação de estimação MQO (Mínimos Quadrados Ordinários), utilizou-se uma subamostra, com apenas os homens ocupados (na semana de referência do censo – 23 a 29 de julho de 2000) e quatro modelos diferentes foram estimados, os quais são: primeiro uma equação *Minceriana* (proposta por Mincer, 1974), com apenas as variáveis de capital humano; logo após uma ampliação desta equação, incluindo variáveis que podem ser consideradas ligadas aos capitais humano e cultural (experiência no Brasil e o fato do imigrante ter estudado no Brasil); no terceiro modelo, incluiu-se as variáveis que, neste trabalho, são consideradas como de controle, isto é, aquelas referentes as regiões do país e a posição no mercado de trabalho (trabalha no setor formal ou informal do mercado de trabalho); por fim, no quarto modelo, acrescentou-se as variáveis que se considera que, de alguma forma, estão ligadas aos capitais cultural (de significado social) e social.

---

<sup>2</sup> Incluiu-se nesta categoria os taiwaneses, uma vez que Taiwan não é considerado, por diversos outros países, independente da China. Além disto, considera-se que taiwaneses e chineses são etnicamente e culturalmente semelhantes.

<sup>3</sup> Incluiu-se indivíduos nascidos na Coreia do Norte e na Coreia do Sul.

<sup>4</sup> Ressalta-se aqui que há grandes diferenças entre a inserção no mercado de trabalho entre homens e mulheres, mas uma vez que não é este o foco de estudo deste projeto, delimitou-se a analisar apenas os homens no mercado de trabalho.

<sup>5</sup> Esta idéia não descarta aqueles que estudam e trabalham ao mesmo tempo, mas tenta evitar que se classifique como desocupados os indivíduos que estejam estudando e não trabalhando.

$$Lny = \beta_0 + \beta_1 Educ + \beta_2 Exp + \beta_3 Exp^2 + \varepsilon \quad (1)$$

$$Lny = \beta_0 + \beta_1 Educ + \beta_2 Exp + \beta_3 Exp^2 + \beta_4 Edubr + \beta_5 Expbr + \varepsilon \quad (2)$$

$$Lny = \beta_0 + \beta_1 Educ + \beta_2 Exp + \beta_3 Exp^2 + \beta_4 Edubr + \beta_5 Expbr + \beta_6 Sudeste + \beta_7 Formal + \varepsilon \quad (3)$$

$$Lny = \beta_0 + \beta_1 Educ + \beta_2 Exp + \beta_3 Exp^2 + \beta_4 Edubr + \beta_5 Expbr + \beta_6 Sudeste + \beta_7 Formal + \beta_8 (\text{dummies para tempo de residência no Brasil}) + \beta_9 branca + \beta_{10} (\text{dummies para estado civil}) + \beta_{11} (\text{dummies para religião}) + \beta_{12} naturalizado + \beta_{13} (\text{dummies para posição no domicílio}) + \varepsilon^6 \quad (4)$$

Onde:

*Lny* é o logaritmo natural do rendimento total em todos os empregos por hora trabalhada; Este é calculado por duas informações apresentadas no censo: rendimento em todos os trabalhos e total de horas por semana em todos os tipos de trabalho. Dividimos o rendimento (mensal) em todos os trabalhos por quatro (número de semanas por mês) e o resultado foi dividido pelo total de horas trabalhadas por semana. A partir deste resultado, fez-se o logaritmo natural.

$\beta_0$  é o intercepto da equação;

*Educ* representa os anos de estudo do indivíduo;

*Exp* significa os anos de experiência do indivíduo, de acordo com a clássica *Proxy* estabelecida por Mincer (1974):  $Exp = idade - escolaridade - 6$ ;

$Exp^2$  representa os anos de experiência elevados ao quadrado, que tem a função de captar os rendimentos decrescentes da experiência; espera-se que os efeitos desta variável sejam negativos na estimação, devido ao fato deste ser um perfil de rendimento-experiência que é côncavo para baixo.

---

<sup>6</sup> Há aqui a omissão, inevitável, de variáveis importantes: status ocupacional e educacional dos pais. Esta omissão deve-se ao fato de que esta informação não se dispunha na base de dados utilizada (censo de 2000). Apesar disto, acredita-se que os resultados a serem encontrados neste trabalho são de grande relevância. Como mostrou muito bem Valle Silva (1980), a omissão destas variáveis não anula os resultados das outras. A inclusão destas variáveis só aumentaria os valores estimados.

*Educbr* corresponde a uma variável *dummy*, onde 1 significa que o indivíduo estudou no Brasil e 0 que ele não estudou. Esta variável foi produzida da seguinte forma: a idade ao imigrar – (anos de estudos + 6, que são aqueles anos que se referem aos seis primeiros anos da vida da pessoa, quando ela ainda não entrou para a escola ). Para aqueles que o valor foi 0 ou menos, definimos que eles estudaram no Brasil e, ao contrário, para aqueles que o valor foi maior do que 0, definimos que estes não estudaram no Brasil.

*Expbr* representa os anos de experiência no mercado de trabalho no Brasil; esta variável é quantitativa. Ela foi calculada a partir do tempo de residência do indivíduo no Brasil menos o tempo de seu estudo no Brasil.

*Sudeste* é uma variável *dummy* que tem 1 que diz que o indivíduo reside na região sudeste e 0 que reside em outra região do país.

*Formal* é uma variável *dummy* para inserção no mercado de trabalho, onde 1 significa que o indivíduo está inserido no mercado formal e 0 no mercado informal. Os informalmente ocupados são aqueles trabalhadores sem carteira assinada e os empregadores e os autônomos que não contribuem para a previdência; os formalmente ocupados são os trabalhadores com carteira assinada e os empregadores e os autônomos que contribuem para a previdência.

*Tempo de residência no Brasil* é uma variável indicadora de um conjunto de variáveis *dummies*. De 0 a 10 anos de residência no Brasil é a nossa categoria de referência; de 11 a 20 anos ; de 21 a 30 são as categorias de comparação.

*Branca* é uma variável *dummy*, onde 1 inclui os indivíduos brancos e amarelos e 0 todas as outras raças/cores

*Estado civil* refere-se a um conjunto de variáveis *dummies* para casado, separado (incluindo os divorciados e os desquitados); os viúvos e os solteiros (nossa categoria de referência).

*Religião* representa um conjunto de variáveis *dummies*: não tem religião (categoria de referência); católica; evangélica; religiões orientais e outras religiões.

*Naturalizado*: variável *dummy*, sendo não naturalizado = 0 e naturalizado = 1.

*Posição no domicílio*: variável formada por quatro variáveis *dummies*: responsável pelo domicílio (categoria de referência); cônjuge do responsável pelo domicílio; filho ou enteado do responsável pelo domicílio, outras posições no domicílio. Esta é formada por

todos os outros residentes no domicílio, isto é, avós, pai e mãe, neto, bisnetos, empregado doméstico, entre outros.

$\varepsilon$  é um termo de perturbação estocástica.

Para o modelo Heckman, na equação referente ao rendimento, é usada a subamostra com os homens que tinham e os que não tinham um trabalho remunerado na semana de referência, com o intuito de controlar possíveis vieses de seleção. O modelo para equação de rendimento foi o mesmo do modelo 4, acima proposto<sup>7</sup>. A proposta de usar o modelo elaborado por Heckman (1979) é para a correção potencial de viés amostral. Segundo o autor, o método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) de uma equação de regressão para rendimentos tem estimadores que apresentam viés de seleção amostral, uma vez que as amostras não foram selecionadas de forma aleatória para estimar relações comportamentais.

A estratégia que permeia este estudo é fazer com que as informações obtidas sejam confrontadas entre os grupos de imigrantes. Por isto, foram estimadas equações de salários para cada grupo de imigrantes (isto é, para cada nacionalidade) utilizando as metodologias MQO e de Heckman (1979)

### **A análise dos dados:**

Nesta seção, são apresentados os resultados estimados das equações de salários e de seleção, para cada grupo de imigrantes internacionais residentes no Brasil. Primeiramente, são analisados os resultados para o método MQO e depois os do método do Heckman.

As tabelas de 1 a 8, a seguir, apresentam os estimadores (*Betas*) de cada variável, em específico, e seus respectivos índices estatísticos de significância em explicar os rendimentos dos membros dos grupos de imigrantes. No final da tabela, pode-se identificar o  $R^2$  *Ajustado*, demonstrando o quanto cada modelo explica os rendimentos dos indivíduos.

Verifica-se que, em geral, os estimadores, de cada variável, alteram-se, quando outras variáveis são acrescentadas nos modelos. Ou seja, o modelo *Minceriano*

---

<sup>7</sup> Para a segunda equação do heckman, uma *probit*, referente à inserção do indivíduo no mercado de trabalho (i.é., se o indivíduo tinha ou não um trabalho remunerado na data de semana de referência estabelecida pelo censo), utilizou-se todas as variáveis do modelo 4, com as seguintes exceções: a variável formal e o conjunto de variáveis *dummies* referentes à posição no domicílio.

(modelo1), proposto por Mincer (1974) e utilizado pelos teóricos do capital humano, tem os estimadores alterados, perdendo um pouco o seu peso explicativo, ao acrescentar-se as variáveis que se acredita terem ligações com os capitais cultural e social, além das variáveis de controle. Além disto, observa-se que o  $R^2$  *Ajustado* aumenta o seu valor explicativo da equação no modelo mais amplo, para todos os grupos de imigrantes, mostrando que o modelo *Minceriano* é demasiado simples para explicar um fenômeno tão complexo.

Ao analisar-se as variáveis, em específico, identifica-se a importância de algumas variáveis para explicar os rendimentos dos indivíduos para todos os grupos em análise, as quais se destacam: o nível educacional, a região de residência, o fato de estar inserido no mercado de trabalho formal, o fato de ser casado, a religião evangélica como fonte de associação, o fato de ser filho ou estar em outra posição no domicílio. Vale ressaltar que a variável educação perde peso explicativo, ao se acrescentar, nos modelos 2, 3 e 4, as variáveis de controle e aquelas que tem alguma relação com os capitais cultural e social.

Dado que o modelo 4 (equação ampliada) apresentou-se como um melhor modelo analítico, uma vez que este tem um poder explicativo maior do que os modelos restritos, a análise das variáveis serão feitas a partir deste modelo.

No caso dos argentinos (cf. TAB.1), as variáveis que mais explicam os seus rendimentos são: o fato do indivíduo estar no mercado de trabalho formal, aumenta 55% o seu salário, comparado com àqueles que encontram-se no mercado de trabalho informal; o fato do indivíduo residir na região sudeste, aumenta em 42% o seu rendimento, comparado com os indivíduos que residem em outras regiões do país; o fato do indivíduo ser filho, cônjuge ou estar em outra posição no domicílio, em relação ao responsável, faz com que diminua em seu salário/hora 51%, 19% e 27%, respectivamente; ser de outra religião ou da religião evangélica, comparado com não ter religião, diminui em 37% e 13%, respectivamente, os rendimentos dos argentinos. Fundamentado na idéia de capital cultural e capital social, pode-se dizer que este resultado foi surpresa, uma vez que se esperava um sinal positivo sobre o rendimento, para os que têm religião, comparado com não ter religião. Isso porque, acredita-se que o fato do indivíduo ter uma religião teria uma rede social mais densa e extensa estabelecida

dentro do grupo religioso, comparado com os que não têm religião, o que levaria um maior benefício dos primeiros.

Outras variáveis que devem ser consideradas, para os argentinos, são: ser casado, viúvo ou separado, comparado com ser solteiro, aumenta em 21% e 20% e 18% a renda dos argentinos, respectivamente; para cada um ano que aumenta no nível educacional dos argentinos, aumenta em 15% os seus rendimentos; o fato do argentino residir no Brasil entre 21 a 30 anos, comparado com os argentinos que residem a menos de 10 anos, eleva em 13% os seus rendimentos.

*Tabela 1: Equações (MQO) de salário para Argentinos residentes no Brasil em 2000*

	<i>Modelo1</i>	<i>Modelo2</i>	<i>Modelo3</i>	<i>Modelo4</i>
Constante	-0,557*	-0,759*	-0,865*	-0,589*
Educação	0,175*	0,177*	0,153*	0,145*
Exp1	0,020*	0,036*	0,045*	0,027*
Exp2	-0,001	0,000**	0,000**	0,000***
Expbr		-0,009*	-0,012*	-0,016*
Educbr		0,162*	0,066***	0,074***
Sudeste			0,348*	0,356*
Trabalho formal			0,465*	0,415*
Reside de 11 a 20 anos no Brasil				0,013
Reside de 21 a 30 anos no Brasil				0,123**
Cor branca				-0,002
Casado				0,197*
Separado, desquitado ou divorciado				0,168*
Viúvo				-0,184**
Religião católica				0,044
Religião evangélica				-0,128*
Religiões orientais				-0,042
Outras religiões				-0,320*
Naturalizados				0,038
Conjuge do responsável				-0,176*
Filho do responsável pelo domicílio				-0,418*
Outra posição no domicílio				-0,243*
R2	0,301	0,304	0,373	0,396

\*Pvalue <= 0.01 \*\* pvalue <= 0.05 \*\*\* pvalue <=0.10

Fonte: análise produzida pela autora, a partir dos dados do censo 2000 do Brasil do IBGE.

Verifica-se, na tabela 1, que a variável experiência, comparado as citadas acima, não tem um peso muito grande sobre o rendimento dos imigrantes argentinos. Para cada

um ano que aumenta em experiência no mercado de trabalho dos argentinos, há um acréscimo de 2% em seus salários/horas. Salienta-se que a variável experiência no mercado de trabalho brasileiro apresentou-se negativa, isto é, diminui em 2% os rendimentos dos argentinos, para cada um ano de experiência no mercado de trabalho brasileiro. Este resultado não era esperado, uma vez que, fundamentado na teoria do capital humano, acredita-se que maior experiência no mercado brasileiro, leva a um maior investimento em capital humano requerido na sociedade hospedeira e conseqüentemente uma maior produtividade e maior rendimento. Já a variável ter estudado no Brasil apresenta um sinal positivo, como o esperado. O fato de o argentino ter estudado no Brasil tem um efeito positivo de 7% sobre os rendimentos, em relação com aqueles que não estudaram. Isto porque o indivíduo beneficia-se com a socialização, no sentido de adaptar-se à nova cultura, aprender melhor a língua e criar redes de amizades.

Salienta-se que as variáveis residir no Brasil entre 11 a 20 anos, pertencer a cor/raça branca, ser viúvo, pertencer ao grupo dos católicos e de religiões orientais e ser naturalizado não apresentaram estimadores estatisticamente significantes. Estes resultados, também, foram surpresos para esta análise.

Para os bolivianos, os resultados apresentam-se da seguinte forma (cf. TAB.2: para cada um ano a mais no nível educacional, há um acréscimo de 14% nos rendimentos desses imigrantes; para cada um ano de aumento em experiência, aumenta em 3% o salário/hora dos indivíduos; para cada um ano de acréscimo em experiência no mercado de trabalho brasileiro, diminui em 1% os rendimentos dos imigrantes bolivianos; o fato do imigrante boliviano ter estudado no Brasil, leva a um decréscimo em seu rendimento de 7%, comparado com aqueles que não estudaram no Brasil. Estes resultados são similares aos dos argentinos e, como já exposto, não batem com as idéias estabelecidas pelas teorias dos capitais humano e cultural.

O fato de residir na região sudeste eleva em 14% os salários dos bolivianos, em relação àqueles que residem em outras regiões do país; estar no mercado de trabalho formal aumenta em 44% os rendimentos dos bolivianos, comparados com aqueles que estão inseridos no mercado de trabalho informal brasileiro; ter fixado residência no país

entre 21 a 30 ou entre 11 a 20 eleva o rendimento em 53% e 37%, respectivamente, quando comparado com aqueles que têm menos de 10 anos de residência no Brasil.

Diferentemente dos argentinos, a variável cor foi estatisticamente significativa, ao nível de 1%, para os bolivianos para explicar seus rendimentos. O fato de ser branco aumenta em 7% os rendimentos dos bolivianos, em relação àqueles que se identificam como sendo de outra cor/raça; o estado civil é uma variável significativa para explicar os rendimentos dos bolivianos, assim como o é para os argentinos. Verifica-se que ser separado, viúvo ou casado, comparado com ser solteiro, aumenta em 45%, 37% e 12%, respectivamente, os salários dos imigrantes bolivianos.

*Tabela 2: Equações (MQO) de salário para bolivianos residentes no Brasil em 2000*

	<i>Modelo1</i>	<i>Modelo2</i>	<i>Modelo3</i>	<i>Modelo4</i>
Constante	-1,151*	-1,036*	-1,074*	-0,709*
Educação	0,167*	0,161*	0,149*	0,139*
Exp1	0,050*	0,0358*	0,035*	0,034*
Exp2	-0,001*	-0,001*	0,000*	-0,001*
Expbr		0,016*	0,010*	-0,011*
Educbr		0,000	-0,010	-0,066***
Sudeste			0,146*	0,133*
Trabalho formal			0,400*	0,370*
Reside de 11 a 20 anos no Brasil				0,322*
Reside de 21 a 30 anos no Brasil				0,426*
Cor branca				0,070*
Casado				0,119*
Separado, desquitado ou divorciado				0,374*
Viúvo				0,315*
Religião católica				-0,144*
Religião evangélica				-0,203*
Religiões orientais				0,366
Outras religiões				-0,273**
Naturalizados				-0,082*
Conjuge do responsável				-0,332*
Filho do responsável pelo domicílio				-0,502*
Outra posição no domicílio				-0,399*
R2	0,446	0,454	0,485	0,517

\*Pvalue <= 0.01 \*\* pvalue <= 0.05 \*\*\* pvalue <=0.10

Fonte: análise produzida pela autora, a partir dos dados do censo 2000 do Brasil do IBGE.

Outra semelhança com os argentinos é o fato de ter religião apresentar um sinal negativo sobre os rendimentos dos bolivianos, o que se apresenta como mais uma

surpresa; ou seja, ser católico, evangélico ou de outras religiões diminui em 15%, 22% e 31%, respectivamente, os rendimentos daqueles imigrantes; ser naturalizado diminui em 8% os rendimentos dos bolivianos, comparado com aqueles que não são naturalizados. Este é outro fator surpresa nesta análise. Esperava-se que o fato de ser naturalizado estaria ligado a um maior capital cultural (e, ainda que de forma pequena, com o capital social), uma vez que para se naturalizar exige-se uma certa assimilação da cultura do país hospedeiro. Então, uma vez que os naturalizados teriam um maior conhecimento da cultura (da forma de se portar, das regras do jogo, da linguagem), isto é, um maior capital cultural, maior seria a probabilidade destes terem melhores rendimentos em relação àqueles não naturalizados, os quais teriam um capital cultural menor.

Por fim, assim como para os argentinos, o fato de estar na posição hierárquica do domicílio como cônjuge, filho ou outra posição leva a um decréscimo no rendimento dos bolivianos de 39%, 65% e 49%, respectivamente, quando comparado com aqueles que são os responsáveis pelo domicílio.

A tabela 3, abaixo, apresenta os resultados dos estimadores das variáveis sobre os rendimentos salário/hora dos chilenos. A variável educação tem um sinal positivo, demonstrando que para cada um ano de aumento no nível educacional dos chilenos, aumenta em 11% os seus rendimentos. A variável, experiência, ao contrário, apresenta um sinal negativo identificando que, para cada um ano de aumento em experiência, diminui em 6% a renda dos chilenos no mercado de trabalho brasileiro. Mais uma vez, um resultado não previsto, já que experiência é uma variável analisada pela teoria do capital humano, como investimento em treinamento para alcance de benefícios econômicos.

Já a variável experiência no Brasil, diferentemente do apresentado para os argentinos e bolivianos, apresenta-se positiva e estatisticamente significativa ao nível de 1%. Isto é, para cada um ano de aumento em experiência no mercado de trabalho brasileiro, aumente em 1% o valor dos rendimentos dos chilenos. O fato de o chileno ter estudado no Brasil aumenta em 8% os seus rendimentos, em relação àqueles que não estudaram no país hospedeiro. Se o imigrante chileno reside no sudeste, há um acréscimo em 14% no seu salário, comparado com os chilenos que residem em outras regiões do país. Estar no mercado de trabalho formal tem um efeito positivo, de 56%, nos

rendimentos dos chilenos, quando comparado com aqueles que se encontram no mercado de trabalho informal brasileiro.

Outro resultado imprevisto é o sinal negativo sobre as variáveis referentes ao tempo de trabalho, ou seja, residir entre 11 a 20 anos e entre 21 a 30 anos no país diminui em 41% e 13% os rendimentos dos chilenos, comparado com aqueles que fixaram residência há menos tempo, em um período de 0 a 10 anos, no país. Este resultado não casa com a idéia de Borjas (1986) de que há uma relação positiva entre salários e o tempo de permanência, assimilação cultural e aprendizado da língua do país de destino.

*Tabela 3: Equações (MQO) de salário para chilenos residentes no Brasil em 2000*

	<i>Modelo1</i>	<i>Modelo2</i>	<i>Modelo3</i>	<i>Modelo4</i>
Constante	0,252*	0,162***	-0,196**	0,628*
Educação	0,144*	0,135*	0,128*	0,106*
Exp1	-0,028*	-0,039*	-0,031*	-0,057*
Exp2	0,001*	0,001*	0,001*	0,001*
Expbr		0,022*	0,015*	0,015*
Educbr		0,171*	0,127*	0,085**
Sudeste			0,193*	0,133*
Trabalho formal			0,557*	0,446*
Reside de 11 a 20 anos no Brasil				-0,344*
Reside de 21 a 30 anos no Brasil				-0,126***
Cor branca				0,116*
Casado				0,314*
Separado, desquitado ou divorciado				0,252*
Viúvo				-0,004
Religião católica				-0,004
Religião evangélica				-0,312*
Religiões orientais				-0,635*
Outras religiões				-0,055
Naturalizados				-0,150*
Conjuge do responsável				-0,227*
Filho do responsável pelo domicílio				-0,348*
Outra posição no domicílio				-0,582*
R2	0,195	0,211	0,287	0,347

\*Pvalue <= 0.01 \*\* pvalue <= 0.05 \*\*\* pvalue <=0.10

Fonte: análise produzida pela autora, a partir dos dados do censo 2000 do Brasil do IBGE.

Entre os chilenos, ser da cor/raça branca eleva em 12% os benefícios econômicos dos trabalhadores, comparado com aqueles de outras cores/raças. Ser casado e separado aumenta em 36% e 28%, em relação àqueles que são solteiros. Similar aos resultados

para argentinos e bolivianos, ter uma religião diminui os rendimentos dos imigrantes chilenos em 36%, no caso dos católicos e 88%, no caso dos associados às religiões orientais. Ser naturalizado diminui em 16% os rendimentos dos chilenos, comparado com os definidos estrangeiros. O fato de estar nas posições de cônjuge, filho ou outra posição no domicílio diminui os rendimentos dos chilenos em 25%, 41% e 78%, respectivamente, comparado com os responsáveis pelo domicílio. Ressalta-se que as variáveis, viúvo, religião católica e outras religiões não apresentaram valores estatisticamente significantes.

Os dados para os paraguaios têm algumas pequenas diferenças, como pode-se observar na TAB. 4, abaixo. As variáveis que apresentam sinais positivos, elevando o rendimento desses imigrantes no Brasil são: educação (para cada um ano, há um aumento de 16%); experiência (para cada um ano de experiência, há um acréscimo de 5%); residir na região sudeste (eleva em 32%, em relação às outras regiões do país); estar no mercado de trabalho formal (há um aumento de 16%, em relação ao mercado de trabalho informal); pertencer ao grupo de cor/raça branca (eleva em 12%, comparado aos paraguaios que se autodefinem de outra cor/raça); ser separado ou viúvo (há um acréscimo de 37% e 78%, comparado aos solteiros); pertencer à categoria outras religiões (há um aumento de 37%, comparado àqueles que não têm religião); ser naturalizado (eleva em 19%).

As variáveis que apresentam sinais negativos sobre os rendimentos dos paraguaios no mercado de trabalho brasileiro são: o fato de ter estudado no Brasil (diminui em 7%, em relação àqueles que não estudaram no país); o fato de ser católico, evangélico ou de religião oriental (diminui em 24%, 64%, 32%, respectivamente, comparado aos que não têm religião); estar nas posições de cônjuge, filho ou outra posição no domicílio (diminui, respectivamente, em 19%, 49% e 73%, comparado ao indivíduo que é o responsável pelo domicílio).

Vale ressaltar que as variáveis que não apresentaram estimadores estatisticamente significantes foram: experiência no Brasil, tempo de residência no Brasil, e a categoria casado. Estes também foram fatores surpresos nas análises. Esperava-se que estes apresentassem efeitos positivos e significativos sobre os rendimentos dos paraguaios.

<i>Tabela 4: Equações (MQO) de salário para paraguaios residentes no Brasil em 2000</i>				
	<i>Modelo1</i>	<i>Modelo2</i>	<i>Modelo3</i>	<i>Modelo4</i>
Constante	-1,271*	-1,164*	-1,253*	-0,967*
Educação	0,164*	0,161*	0,156*	0,151*
Exp1	0,063*	0,050*	0,056*	0,052*
Exp2	-0,001*	-0,001*	-0,001*	-0,001*
Expbr		0,013*	0,009*	0,005
Educbr		-0,085**	-0,112*	-0,074***
Sudeste			0,186*	0,281*
Trabalho formal			0,166*	0,149*
Reside de 11 a 20 anos no Brasil				-0,049
Reside de 21 a 30 anos no Brasil				-0,024
Cor branca				0,111*
Casado				-0,040
Separado, desquitado ou divorciado				0,316*
Viúvo				0,586*
Religião católica				-0,220*
Religião evangélica				-0,496*
Religiões orientais				-0,282**
Outras religiões				0,321**
Naturalizados				0,178*
Cônjuge do responsável				-0,179*
Filho do responsável pelo domicílio				-0,402*
Outra posição no domicílio				-0,549*
R2	0,473	0,478	0,486	0,529

\*Pvalue <= 0.01 \*\* pvalue <= 0.05 \*\*\* pvalue <=0.10

Fonte: análise produzida pela autora, a partir dos dados do censo 2000 do Brasil do IBGE.

A tabela 5 contém as estimativas dos efeitos das variáveis sobre salário/hora dos peruanos. Destaca-se que as variáveis, experiência, experiência no mercado de trabalho brasileiro, o tempo de residência de 11 a 20 anos, a religião católica, a religião oriental, a naturalização não apresentaram valores estatisticamente significante. Além destes, outros resultados não esperados, no caso dos peruanos, foram: o fato de estar na posição de cônjuge ou filho eleva em 13% e 48% os rendimentos destes imigrantes, comparado com os que são responsáveis pelos domicílios; assim como para os outros grupos, o fato do peruano ter religião os seus rendimentos diminuem, em 24%, para os evangélicos e 87%, para outras religiões, comparado com aqueles que não têm religião. O fato de ser separado diminui em 19% os rendimentos dos imigrantes peruanos, em relação aos

solteiros. Outro fator surpresa foi um maior tempo de residência no país, isto é, residir de 21 a 30 anos no Brasil diminui em 26% os rendimentos dos peruanos, comparado com aqueles que residem de 0 a 10 anos no país de adoção.

*Tabela 5: Equações (MQO) de salário para peruanos residentes no Brasil em 2000*

	<i>Modelo1</i>	<i>Modelo2</i>	<i>Modelo3</i>	<i>Modelo4</i>
Constante	-0,618*	-0,701*	-0,780*	-0,664*
Educação	0,169*	0,165*	0,149*	0,142*
Exp1	-0,002	0,001	0,008	0,005
Exp2	0,000*	0,000**	0,000	0,000**
Expbr		0,004	-0,002	0,002
Educbr		0,209*	0,160*	0,180*
Sudeste			0,285*	0,254*
Trabalho formal			0,464*	0,428*
Reside de 11 a 20 anos no Brasil				0,057
Reside de 21 a 30 anos no Brasil				-0,232*
Cor branca				0,219*
Casado				0,104*
Separado, desquitado ou divorciado				-0,175*
Viúvo				0,890*
Religião católica				-0,075
Religião evangélica				-0,213*
Religiões orientais				0,092
Outras religiões				-0,630*
Naturalizados				0,058
Conjuge do responsável				0,122**
Filho do responsável pelo domicílio				0,324*
Outra posição no domicílio				-0,396*
R2	0,332	0,338	0,396	0,439

\*Pvalue <= 0.01 \*\* pvalue <= 0.05 \*\*\* pvalue <=0.10

Fonte: análise produzida pela autora, a partir dos dados do censo 2000 do Brasil do IBGE.

No caso das variáveis, educação, estudar no Brasil, região, inserção no mercado de trabalho formal e cor/raça apresentaram resultados condizentes com os esperados. Isto é, para cada um ano que aumenta no nível educacional dos peruanos, eleva em 15% os seus rendimentos; o fato do peruano ter estudado no Brasil eleva em 19% seus rendimentos, comparado com aqueles que não estudaram neste país; residir na região sudeste eleva em 29% os rendimentos desses imigrantes, em relação àqueles que fixaram residência em outra região do país; estar no mercado de trabalho formal eleva em 53% o salário/hora dos peruanos, comparado com aqueles que se encontram no mercado de

trabalho informal; por fim, ser branco eleva em 24% os rendimentos dos peruanos, comparado com aqueles que se autodefinem de outra cor/raça. Além disso, o fato de ser casado ou viúvo aumenta em 11% e 143%, respectivamente, os rendimentos dos peruanos, comparado com os solteiros.

Os uruguaios também apresentaram resultados inesperados. Experiência apresentou sinal negativo, estando estatisticamente significativa ao nível de 1%. Para cada um ano que eleva em experiência, diminui em 3% os rendimentos dos uruguaios. Experiência no mercado de trabalho brasileiro, tempo de residência no país, ser separado, pertencer à religião evangélica não se apresentaram estatisticamente significante.

Os resultados previstos e similares, em parte, aos dos outros grupos foram: para cada um ano que aumenta em educação, eleva em 13% os rendimentos dos uruguaios; o fato de ter estudado no Brasil eleva em 11% os rendimentos desses imigrantes, comparado com aqueles que não estudaram no país de destino; residir na região sudeste eleva em 59%, em relação àqueles que residem em outra região do país; estar trabalhando no setor formal eleva em 28% o salário/hora dos uruguaios, comparado com aqueles que trabalham no setor informal do mercado de trabalho brasileiro; ser branco eleva em 8% os rendimentos destes imigrantes, comparado com aqueles que se autodefinem como pertencendo a outros grupos de cores/raças; ser casado eleva em 18% os rendimentos dos uruguaios em 18%, em relação àqueles que são solteiros; ser naturalizado eleva em 17% os rendimentos, comparados com aqueles que não o são; estar na posição de cônjuge, filho ou outra posição no domicílio, comparado aos responsáveis pelos domicílios, diminui em 19%, 40% e 106%, respectivamente, os rendimentos dos uruguaios.

Diferentemente dos outros grupos, o fato de ter religião eleva os salários dos uruguaios, comparado com aqueles que não têm religião. Este fator era o que se esperava encontrar em todos os grupos, mas apresentou-se como elemento surpresa na análise. No caso dos uruguaios, ser católico, ser de alguma religião oriental ou ser de outra religião eleva em 24%, 35% e 7%, respectivamente, os rendimentos desses imigrantes.

Tabela 6: Equações (MQO) de salário para uruguaios residentes no Brasil em 2000

	Modelo1	Modelo2	Modelo3	Modelo4
Constante	-0,045	-0,149	-0,131	-0,025
Educação	0,156*	0,151*	0,131*	0,120*
Exp1	-0,021*	-0,019*	-0,018*	-0,030*
Exp2	0,001*	0,001*	0,000*	0,001*
Expbr		0,007*	0,003***	0,003
Educbr		0,135*	0,085**	0,107*
Sudeste			0,443*	0,464*
Trabalho formal			0,346*	0,250*
Reside de 11 a 20 anos no Brasil				-0,031
Reside de 21 a 30 anos no Brasil				-0,050
Cor branca				0,084***
Casado				0,172*
Separado, desquitado ou divorciado				-0,007
Viúvo				-0,242**
Religião católica				0,216*
Religião evangélica				-0,039
Religiões orientais				0,301*
Outras religiões				0,077
Naturalizados				0,159*
Conjuge do responsável				-0,177*
Filho do responsável pelo domicílio				-0,342*
Outra posição no domicílio				-0,725*
R2	0,3	0,305	0,359	0,408

\*Pvalue <= 0.01 \*\* pvalue <= 0.05 \*\*\* pvalue <=0.10

Fonte: análise produzida pela autora, a partir dos dados do censo 2000 do Brasil do IBGE.

A tabela 7, abaixo, apresenta os resultados das estimativas dos parâmetros para rendimento dos chineses. Mais uma vez, os resultados não foram todos como previsto. Experiência apresentou-se com sinal negativo, isto é, para cada um ano que eleva em experiência, diminui em 1% os rendimentos dos chineses. Experiência no Brasil não deu estatisticamente significativa. Ser casado diminui em 11% dos rendimentos dos chineses, comparado com ser solteiro. Ser de outra religião diminui em 37% nos rendimentos dos chineses, comparado com aqueles que não têm religião.

Os resultados que se apresentam como esperados, para os chineses, são: para cada um ano que aumenta em educação, eleva-se em 4% os rendimentos desses imigrantes no Brasil; o fato do indivíduo ter estudado no Brasil, eleva em 11% os rendimentos deste, em relação àquele que não estudou no país hospedeiro; residir na região sudeste eleva em

14% os rendimentos dos chineses, comparado com aqueles que residem em outras regiões do país; estar inserido no mercado de trabalho formal aumenta em 8% os rendimentos dos chineses, comparado com aqueles que encontram-se inseridos no mercado de trabalho informal; residir no Brasil entre 11 a 20 anos ou entre 21 a 30 anos acrescenta em 14% e 42%, respectivamente, os rendimentos dos chineses; pertencer à cor/raça branca leva a um acréscimo de 4% nos rendimentos desses imigrantes; pertencer às religiões evangélica ou oriental eleva em 31% (para ambas) os rendimentos dos chineses, comparado com aqueles que não têm religião; ser naturalizado eleva em 37% o salário/hora dos chineses, em relação àquele que não é naturalizado; estar na posição de cônjuge, filho ou outra posição no domicílio diminui em 3%, 26%, e 47%, respectivamente, os rendimentos dos chineses, comparado com aqueles que encontram-se como representantes do domicílio.

*Tabela 7: Equações (MQO) de salário para chineses residentes no Brasil em 2000*

	<i>Modelo1</i>	<i>Modelo2</i>	<i>Modelo3</i>	<i>Modelo4</i>
Constante	1,095*	1,092*	0,961*	1,162*
Educação	0,079*	0,052*	0,051*	0,038*
Exp1	-0,016*	-0,019*	-0,019*	-0,012***
Exp2	0,001*	0,001*	0,000*	0,000**
Expbr		0,026*	0,024*	0,002
Educbr		0,394*	0,343*	0,104***
Sudeste			0,136*	0,130*
Trabalho formal			0,123*	0,079**
Reside de 11 a 20 anos no Brasil				0,132**
Reside de 21 a 30 anos no Brasil				0,357*
Cor branca				0,043
Casado				-0,105*
Separado, desquitado ou divorciado				0,120
Viúvo				-0,024
Religião católica				0,065
Religião evangélica				0,276*
Religiões orientais				0,275*
Outras religiões				-0,316*
Naturalizados				0,319*
Conjuge do responsável				-0,027
Filho do responsável pelo domicílio				-0,232*
Outra posição no domicílio				-0,384*
R2	0,117	0,188	0,194	0,252

\*Pvalue <= 0.01 \*\* pvalue <= 0.05 \*\*\* pvalue <=0.10

Fonte: análise produzida pela autora, a partir dos dados do censo 2000 do Brasil do IBGE.

Vale ressaltar que o peso de algumas variáveis apresentou-se bem abaixo do que se esperava, como, por exemplo, as variáveis, raça, região sudeste, estar no mercado de trabalho formal e educação. Estas variáveis tiveram um peso bem maior para os outros grupos de imigrantes do que para os chineses. No caso destes últimos, o que mais pesou foram os fatores referentes ao tempo de residência, religião e posição no domicílio. Além disto, verifica-se que este modelo explica bem menos os rendimentos dos chineses, comparado com a explicação deste mesmo modelo para os rendimentos dos outros grupos de imigrantes, uma vez que o seu  $R^2$  Ajustado é bem menor (chegando a apenas 25% de poder explicativo).

Por fim, a tabela 8, a seguir, apresenta os resultados das estimativas dos parâmetros de rendimentos, para os coreanos residentes no Brasil. Similar aos grupos anteriores, experiência apresentou-se com sinal negativo, reduzindo 5% no salário/hora do coreano, para cada um ano de acréscimo em experiência; o fato de ter experiência no mercado de trabalho brasileiro não se apresentou estatisticamente significativo; ter alguma religião diminui os rendimentos dos coreanos em 56%, no caso dos evangélicos, e 42 % no caso de religiões orientais, comparado com aqueles que não têm religião (a religião católica e outras religiões não apresentaram-se estatisticamente significativas); estar na posição de filho ou outra posição no domicílio, comparado com o responsável pelo domicílio, diminui em 56% e 154%, respectivamente, nos rendimentos dos coreanos (estar na posição de cônjuge não apresentou significância estatística).

Assim como para os chineses, educação apresentou-se com um sinal positivo e estatisticamente significante, mas o seu peso foi pequeno, comparado ao resultado apresentado para os outros imigrantes. Para cada um ano que eleva no nível educacional dos coreanos, aumenta em 5% os rendimentos dos mesmos. O peso das variáveis de capital humano é bem menor para os coreanos, quando comparado com os grupos de outros imigrantes, como pode ser visto pelo seu  $R^2$  Ajustado (0,04) no modelo *Minceriano*. Isto é, esta equação explica apenas em 4% os rendimentos dos coreanos.

Para os coreanos, ser da cor/raça branca eleva em 147% os seus rendimentos, em relação àqueles que se autodefinem de outras cores/raças. O fato de ser naturalizado diminui em 14% os rendimentos dos coreanos, comparado com aqueles que não têm a cidadania brasileira. O tempo de residência no país deu estatisticamente significativo

somente para aqueles que têm de 21 a 30 anos, comparado com aqueles que têm de 0 a 10 anos de residência no país. O sinal para esta variável foi positivo, isto é, ter 21 a 30 anos de tempo de residência no país eleva em 19% os rendimentos dos coreanos, comparado com aqueles que têm de 0 a 10 anos de moradia no Brasil.

*Tabela 8: Equações (MQO) de salário para coreanos residentes no Brasil em 2000*

	<i>Modelo1</i>	<i>Modelo2</i>	<i>Modelo3</i>	<i>Modelo4</i>
Constante	1,619*	1,405*	1,166*	0,928*
Educação	0,078*	0,073*	0,063*	0,052*
Exp1	-0,036*	-0,033*	-0,036*	-0,056*
Exp2	0,001*	0,001*	0,001*	0,001*
Expbr		0,013*	0,010*	-0,003
Educbr		0,240*	0,124***	0,193*
Sudeste			0,232*	0,323*
Trabalho formal			0,520*	0,500*
Reside de 11 a 20 anos no Brasil				-0,018
Reside de 21 a 30 anos no Brasil				0,177***
Cor branca				0,905*
Casado				0,127***
Separado, desquitado ou divorciado				0,084
Viúvo				-0,109
Religião católica				0,049
Religião evangélica				-0,445*
Religiões orientais				-0,353*
Outras religiões				-0,167
Naturalizados				-0,131***
Conjuge do responsável				0,020
Filho do responsável pelo domicílio				-0,450*
Outra posição no domicílio				-0,934*
R2	0,047	0,064	0,115	0,202

\*Pvalue <= 0.01 \*\* pvalue <= 0.05 \*\*\* pvalue <=0.10

Fonte: análise produzida pela autora, a partir dos dados do censo 2000 do Brasil do IBGE.

Após a análise destes resultados, rodou-se o modelo Heckman de regressão, para cada grupo em específico, para verificar um possível viés de seleção. Porém, a variável *lambda* ( inverso da razão de Mill, isto é, variável introduzida na equação de salários para corrigir o viés de seleção) não se apresentou estatisticamente significativa, para nenhum grupo em análise. Isto significa que não há viés de seleção nas amostras selecionadas e que, portanto, os estimadores, acima apresentados, não contêm erros de viés amostral.

Sendo assim, pode-se considerar adequados os resultados apresentados nas tabelas acima. Devido a este resultado, optou-se por não apresentar os resultados do Heckman, uma vez que poderia ser repetitivo e cansativo a análise aqui exposta.

### **Considerações finais**

Este estudo buscou responder à seguinte questão: quais são as variáveis de maior importância para explicação dos rendimentos dos imigrantes internacionais “recentes” residentes no Brasil? Fundamentado nas teorias de capital humano, capital cultural e capital social, verificou-se quais e o quanto variáveis, referentes a estas formas de capitais, afetam os rendimentos de argentinos, bolivianos, chilenos, paraguaios, peruanos, uruguaios, chineses e coreanos.

Em geral, verificou-se uma certa irregularidade nos resultados, quanto aos sinais e poder explicativo das variáveis para os rendimentos destes grupos de imigrantes. Alguns resultados foram bastante surpreendidos, sendo os principais: a) experiência (variável altamente valorizada pela teoria do capital humano) apresentou-se com sinal negativo para chilenos, uruguaios, chineses e coreanos, além de não se apresentar estatisticamente significativa para os peruanos; b) cor/raça não apresentou significância estatística para os argentinos; c) experiência no mercado de trabalho brasileiro mostrou-se negativa, para os rendimentos dos argentinos e bolivianos, e não estatisticamente significativa para os paraguaios, peruanos, uruguaios, chineses e coreanos; d) ter estudado no Brasil apresentou-se estatisticamente significativa e negativa para os paraguaios; e) ter religião, em geral, apresentou sinal negativo sobre os rendimentos dos imigrantes, comparado com aqueles que não têm religião; f) serem naturalizados, para bolivianos, chilenos e coreanos, têm um peso negativo sobre os salários destes imigrantes, comparado com aqueles que não têm a cidadania brasileira.

Em síntese, pode-se dizer que as variáveis que se apresentaram como importantes para explicar os rendimentos dos imigrantes, em geral, foram educação (capital humano), região de moradia (variável de controle), inserção no mercado de trabalho formal (variável de controle), posição no domicílio (capital cultural de significado social), tempo de residência no país (capital cultural e capital social), cor (significado social) e estado civil (capital cultural de significado social). Assim, identificou-se que variáveis referentes

ao capital humano (experiência), ao capital humano e capital cultural (experiência no mercado de trabalho brasileiro e o fato de ter estudado no Brasil), ao capital cultural e social (naturalização e religião) não se apresentaram estatisticamente significante, em geral, para explicar rendimentos daqueles imigrantes. No caso dos chineses e coreanos, identificou-se que os modelos propostos (principalmente o *Minceriano*) têm um poder explicativo, sobre os seus rendimentos, bem menor, quando comparado com este mesmo modelo explicativo para os outros grupos de imigrantes.

Ressalta-se que novas análises devem ser feitas para mensurar o peso de outras variáveis, ligadas a estas formas de capitais, como, por exemplo, investimento em saúde (capital humano), *background* familiar (capital cultural), enclave étnico (capital social), entre outros, para melhor compreender os fatores que afetam positiva ou negativamente os rendimentos destes e de outros imigrantes internacionais no Brasil.

### **Referências bibliográficas**

AZZONI, C., SERVO, L., 2002 “Education, cost of living and regional wage inequality in Brazil”. *Papers in Regional Science*, vol. 81(2), april/2002. p. 157-175.

BECKER, Gary S., 1964. *Human Capital: A theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. New York: Columbia University.

BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: cultrix, 1973.

BLAU, Peter M. e DUNCAN, Otis D (1994). “ The Process of stratification.” In: Grusky, David B. (ed.), 1994. *Social Stratification: class, race, & gender in sociological perspective*. San Francisco: Westview Press.

BORJAS, G., 1986. *Labor economics*. New York: McGraw-Hill.

BOUDON, Raymond, 1977. “Education and social mobility: a structural model”. In: Karabel, J. And Halsey, A.H. (eds) *Power and ideology in education*. New York: Oxford University Press.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude, 1975. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

BOURDIEU, Pierre, 1998a. “O capital social – notas provisórias”. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, Afrânio (orgs.) *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes.

BOURDIEU, Pierre, 1998b. “Os três estados do capital cultural”. In: In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, Afrânio (orgs.) *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em Rede*. Vol. 1, 2 ed. São Paulo: paz e terra, 1999

COLEMAN, James S., 1988. “Social Capital in the creation of human capital”. *The American Journal of Sociology*, Vol. 94, Supplements: Organizations and institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of social structure.

COLLINS, Randal, 1977. “Functional and conflict theories of education stratification”. In: Karabel, J. And Halsey, A.H. (eds) *Power and ideology in education*. New York: Oxford University Press.

DAHRENDORF, Ralf. *As classes e seus conflitos na sociedade industrial*”. Brasília: universidade de Brasília, 1982

DAVIS, Kingsley; MOORE, Wilbert E. 1945. “Some principles of stratification”. *American Sociological Review*. Annual Meeting Papers. vol. 10, n 2, pags 242-249.

FERNANDES, Danielle Cireno, 2004. “Estratificação educacional, origem socioeconômica e raça no Brasil: as barreiras da cor”. *IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)*.

GIDDENS, Anthony. *Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo: Unesp, 1998.

GRANOVETTER, Mark, 1973. “The Strength of Weak Ties”. *The American Journal of Sociology*, 78 (May): 1360-1380.

GRANOVETTER, Mark, 1985. “Economic Action and Social Structure: The problem of embeddedness”. *American Journal of Sociology*, 91(November): 481-510.

GOLGHER, André B; ROSA, Carlos Henrique; ARAÚJO JÚNIOR, Ari Francisco de, (2005). *The determinants of migration in Brazil*. Belo Horizonte: UFMG – Cedeplar.

GRUSKY, David B. (ed.), 1994. *Social Stratification: class, race, & gender in sociological perspective*. San Francisco: Westview Press.

HALSEY, A. H., 1977. “Towards Meritocracy? The case of Britain”. In: Karabel, J. And Halsey, A.H. (eds) *Power and ideology in education*. New York: Oxford University Press.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle, 1991. “Raça e oportunidades educacionais no Brasil”. In: Lovell, Peggy (org.). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle, 1999. “Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional no Brasil”. In: Hasenbalg, Carlos A e Nelson do Valle Silva e Marcia Lima, 1999. *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Liv.

HECKMAN, James. J. (1979). “Sample selection bias as a specification error”. *Econometrica*, Vol 47 (1), pags 153 a 162.

HELAL, Diogo Henrique, 2005. “Empregabilidade no Brasil: padrões e tendências”. *IPEA(Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ipeacaixa/monografias%20profissionais>. Acessado em: 22 de dezembro 2005.

LIN, Nan, 2006. *Social capital: a theory of social structure and action*. Cambridge: Cambridge University Press.

MINCER, Jacob, 1958. “Investment in human capital and personal income distribution.” *The Journal of Political Economy*, Vol. 66, No. 4. (Aug., 1958), pp. 281-302.

MINCER, Jacob, 1974. *Schooling, Experience, and earnings: Human capital & social institution*. New York: National Bureau of Economic Research.

NEVES, Jorge A. B., 2005. “Labor force classes and the earnings determination of the farm population in Brazil: 1973, 1982, and 1983.” *Research in Social Stratification and Mobility*. Estados Unidos, vol. 22 p. 425-477.

PARSONS, Talcott, 1940. “An Analytical Approach to the Theory of Social Stratification.” *The American Journal of Sociology*. Vol.45 n. 6, pags 841-862.

PARSONS, Talcott, 1974. *O sistema das sociedades modernas*. São Paulo: Pioneira, 1974.

PORTES, Alejandro; BACH, Robert I, 1985. *Latin Journey: Cuban and Mexican Immigrants in the United States*. Berkeley: University of California Press.

PORTES, Alejandro; JENSEN, Leif, 1989. “The enclave and the entrants: patterns of ethnic enterprise in Miami before after Mariel”. *American Sociological Review*, vol. 54 (6). Pages 929-949.

PORTES, Alejandro; RUMBAUT, Rubén, 1990. *Immigrant America: a portrait*. Berkeley: University of California.

SALA, Gabriela, 2005. *Características sócio-ocupacionais dos migrantes nascidos nos países do Cone Sul residentes no Brasil*. Tese de doutorado defendida no Cedeplar – no departamento de demografia da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

SANTOS, José Alcides F. 1998. “A teoria e a tipologia de classe neomarxista de Erik Olin Wright.” *Revista Dados*, vo. 41 (2) Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_, 2001. “Mudanças na estrutura de posições e segmentos de classe no Brasil.” *Revista Dados*, vol. 44 (1), Rio de Janeiro.

SCALON, Maria Celi, 1999. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: revan.

SCHULTZ, Theodore W., 1973. *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar.

SOARES, Sergey Suarez Dillon, 2000. “O perfil da discriminação no Mercado de trabalho – Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras.” *IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Texto para discussão n. 769.

SILVA, Nelson do Valle, 1980. “O preço da cor: diferenciais raciais na distribuição da renda no Brasil – réplica”. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Vol. 10 (3), pags 1007-1011.

SILVA, Nelson do Valle, 1981. “Cor e o processo de realização sócio-econômica”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Vol. 24(3), pags 391-409.

SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos, 2000. “Tendências da Desigualdade educacional no Brasil”. *Revista Dados*, vol. 43, n3 Rio de Janeiro.

YOUNG, Michael, 1958. *The rise of the meritocracy*. Harmondsworth: Penguin Books.